

Modos de vida e de vivência Puri mata a dentro: mundos em disputa, entre Minas Gerais e Rio de Janeiro

Juliana Frontelmo Soares¹

Recebido em: 06/01/2024

Aprovado em: 20/02/2024

Resumo: O presente estudo tem como objeto os modos de vida dos Puri situados entre Minas Gerais e Rio de Janeiro entre os séculos XVII a XIX – período que perpassa pela transitoriedade de um ecossistema vivido e ainda preservado por esses indígenas, para um ecossistema explorado pelo contato colonial que modifica as organizações sociais preexistentes e as relações das diversas formas de vida naturais. Apresentando uma articulação entre humanos e natureza pelas diferentes formas de relação com esse ambiente, o trabalho se debruça na análise de fontes históricas e bibliográficas sobre os Puri e sobre as dinâmicas socioculturais e socioambientais dos territórios onde eles viviam de forma originária. O objetivo é descrever como o contato colonial modificou os mundos indígenas ao produzir um cenário de exploração e disputa das diferentes formas de vida, influenciando os rumos das sociabilidades que sucederam-se nesta região.

Palavras-chave: Puri; contato colonial; mundos indígenas; sociabilidades.

Modos de vida y experiencia Puri mata por dentro: mundos en disputa, entre Minas Gerais y Río de Janeiro

Resumen: El presente estudio tiene como objeto los modos de vida de los Puri situados entre Minas Gerais y Río de Janeiro entre los siglos XVII y XIX - período que atraviesa por la transitoriedad de un ecosistema vivido y aún preservado por estos indígenas, para un ecosistema explotado por el contacto colonial que modifica las organizaciones sociales preexistentes y las relaciones de las diversas formas de vida naturales. Presentando una articulación entre humanos y naturaleza por las diferentes formas de relación con ese ambiente, el trabajo se enfoca en el análisis de fuentes históricas y bibliográficas sobre los Puri y sobre las

¹ Mestre em Ciências Sociais pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil. E-mail: julianafshist@outlook.com . Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7768-1293>

dinámicas socioculturales y socioambientales de los territorios donde ellos vivían de forma originaria. El objetivo es describir cómo el contacto colonial modificó los mundos indígenas al producir un escenario de exploración y disputa de las diferentes formas de vida, influyendo en los rumbos de las sociabilidades que se sucedieron en esta región.

Palabras-clave: Puri; contacto colonial; mundos indígenas; sociabilidades.

Ways of life and experience Puri kills within: worlds in dispute, between Minas Gerais and Rio de Janeiro

Abstract: The following study has as object the Puri people way of life situated between Minas Gerais and Rio de Janeiro between the 18th and 19th century - period that goes through the transition of a ecosystem lived and still preserved by those indigenous people to a ecosystem explored by the colonial contact that modifies the preexisting social organizations and the relations of several forms of natural lives. Presenting an articulation between humans and nature for these different ways of relations with this environment, the article is based on the analysis of historic and bibliographic sources about the Puri people and about the dynamic of the society, culture and environment that existed on the territory which they lived in a native way. The goal is describe how the colonial contact modified the indigenous worlds when producing an exploration cenario of differents ways of life, influencing the direction of sociability that succeeded in these region.

Keywords: Puri; colonial contact; indigenous world; sociability.

Mundos indígenas sob pressão: contextualizando a história do contato com os Puri

Os Puri são originários do sudeste brasileiro e historicamente ocuparam densas matas que compunham em grande parte a Mata Atlântica do Vale do Paraíba até o sul do Espírito Santo, compreendendo complexos montanhosos de difícil acesso que incluíam ramificações das serras do Mar e da Mantiqueira. Alguns estudos reforçam a teoria de que, frente a chegada dos colonizadores no início do século XVI em seus territórios, localizados a priori nas planícies e terras baixas do Sudeste, muitos desses povos teriam se afugentado para regiões serranas, onde tiveram que se adaptar ao clima e bioma desses lugares (FERNANDES; COELHO, 2013, p. 83). Por serem locais mais fechados, altos e de difícil acesso, os contatos tornaram-se mais tardios, possibilitando a manutenção de suas culturas, mesmo que adaptadas aos novos ambientes (BARBOSA, 2005; FREITAS, 2016).

A partir desses deslocamentos provocados pela colonização, um dos últimos lugares de refúgio dos Puri foi a atual Serra do Brigadeiro - MG, chamada antigamente de Serra dos Arrepiados, nome que foi dado em referência ao estilo de penteados comuns aos Puri-Coroado. Por ali eles permaneceram até finais do século XVIII sem que os colonizadores os alcançassem e, por isso, até hoje a região tem aspectos culturais dos

Puri é um ecossistema bastante preservado devido à resistência e manutenção de vida desses indígenas (RAMOS, 2017, p. 117).

A conservação de plantas naquele bioma e a preservação da biodiversidade pode ser considerada uma obra protagonizada pelos Puri, de acordo com a Cientista Social Melissa Ferreira Ramos

Desde que perderam seu território original, viram a natureza sendo devastada, mas seguiram mantendo uma relação de proximidade e respeito, se utilizando dela, e hoje se organizam para proteger as florestas e para terem o direito de viver em harmonia com a natureza, entendendo-se enquanto parte dela e mantendo práticas de trabalho coletivo e diversidade de plantio, além de se utilizar de ervas como medicamento (RAMOS, 2017, p. 20).

O relacionamento socio-cosmológico com aquele ambiente contribuiu para conservar nesses povos os conhecimentos sobre a floresta, mantendo assim uma relação de proteção e respeito das diferentes formas de vida existentes, ensinamento que foi sendo passado de geração em geração. Por isso, até hoje os Puri que ali se mantêm estabelecidos lutam em “defesa da vida e do meio ambiente”, protegendo a natureza e liderando processos que visam a regeneração agroecológica da região (BARBOSA, 2005, p. 135), organizando-se enquanto trabalhadores rurais envolvidos na agricultura familiar e no reconhecimento de suas identidades. Seus esforços e resistências propiciaram a proteção da natureza da área, motivando a sua preservação onde hoje está localizado o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, nome que está atualmente em análise legislativa e em fase de tramitação a ser alterado para Parque Estadual da Serra dos Puri, devido à presença indígena que contribuiu para conservar uma cultura ancestral fortalecida e garantiu a preservação dos patrimônios natural e cultural da região.² Isso demonstra um grande conhecimento que esses indígenas tinham da floresta e que continuam a preservá-lo como um saber coletivo e que influencia e favorece não só as suas vidas, mas também a todos os outros seres que compõem e fazem parte do ambiente.

² O projeto de lei 1133 de 2023 foi proposto por um deputado estadual de Minas Gerais sob a justificativa do papel histórico e cultural dos Puri na região. Para mais informações, consultar: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-delei/texto/?tipo=PL&num=1133&ano=2023#:~:text=Projeto%20de%20Lei%20n%C2%BA%201.133,Estadual%20da%20Serra%20do%20Brigadeiro>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

Além da Serra do Brigadeiro, o vasto território habitado pelos Puri tanto nas planícies como nas serras contava com uma grande diversidade de fauna e flora, nas quais muitas foram domesticadas, manejadas e nomeadas por eles. Marcado por diversos rios, sendo os principais deles os rios Paraíba do Sul e o Doce, que são os maiores, além dos rios Pomba, Itabapoana, Muriaé e Carangola, eles contam a história da presença Puri em seu entorno e em suas margens, pois asseguravam sua subsistência, além de serem sagrados para esses povos. Proporcionavam também a navegação desses indígenas, a limpeza dos alimentos e, não menos importante, os banhos que poderiam ser tanto para a higienização em geral do corpo, como também para o lazer e para fins espirituais.

O rio Paraíba do Sul pela classificação atual começa no estado de São Paulo e cruza todo o estado do Rio de Janeiro, passando pelo sudeste de Minas Gerais, e tem como principais afluentes o rio Jaguari, rio Paraibuna, rio Buquira, rio Piabanha, rio Pomba e o rio Muriaé. É possível que os Puris tenham passado pelo percurso de todos esses rios. Essa ideia corrobora com os estudos de Armantino (2009, p. 127), confirmando que no final do século XIX os Puris viviam na região Sul de Minas Gerais, Norte do Rio de Janeiro, Sudoeste do Espírito Santo e Noroeste de São Paulo, justamente o entorno da Bacia do Rio Paraíba do Sul (RAMOS, 2017, p.94).

O mapa abaixo mostra a região estimada pelos registros históricos da presença Puri a partir do século XVII; contudo, sabe-se que esses registros não representam a totalidade territorial onde esses indígenas se estabeleceram e transitavam, por isso, é possível que eles tenham ocupado uma área ainda maior do que essa.

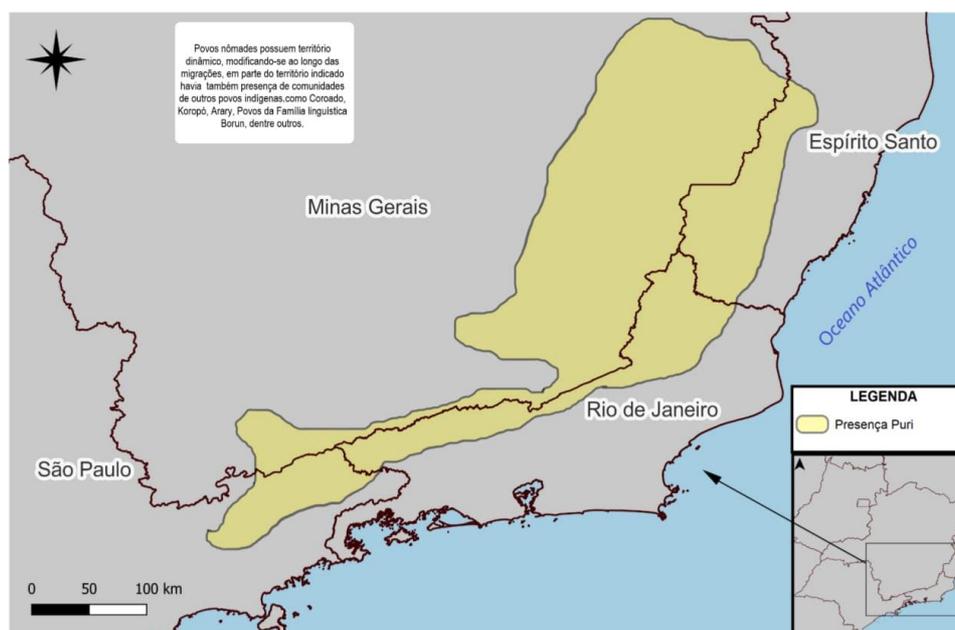


Imagem 1: Regiões com presença de comunidades Puri entre os séculos XVII e XX

Fonte: “O meio ambiente segundo a cultura indígena Puri” (2023) de Daniel Oliveira (Kemiumô Txaé Puri)

Ao longo do século XVIII e início do XIX a sociedade colonial estabeleceu um cerco cada vez mais apertado nas áreas de vivência Puri, trazendo doenças, guerras, perda de territórios, miséria e escravidão para aqueles povos. A partir do século XVIII seriam criados aldeamentos missionários dirigidos pela Igreja em nome do estado colonial e depois imperial, para aqueles que aceitaram ou foram forçados à catequização e civilização. Nesse sentido, a catequização constituiu um sistema colonizador agindo a partir da dominação e subordinação para controlar os Puri e, em casos mais extremos, como os dos grupos mais autônomos³, cooperando na tentativa de exterminá-los física e culturalmente.

Na história oficialmente divulgada, as zonas de fronteira⁴ entre Minas Gerais e Rio de Janeiro foram consideradas inóspitas e selvagens ao longo de séculos, devido a presença dos muitos povos indígenas que a habitavam, representando um perigo a

³ Povos indígenas autônomos são entendidos aqui como aqueles que não se submetiam aos aldeamentos missionários, ocupando o que eram chamados de “sertões” e onde viviam com maior liberdade e autonomia. Podiam transitar também entre as instituições coloniais/imperiais, mantendo relações, mas não se fixavam nesses aldeamentos.

⁴ Zonas de fronteira ou zonas fronteiriças (LOPES; ORTELLI, 2006) são espaços que passaram por dinâmicas de ocupação e exploração bastante intensas influenciando em variados tipos de interações e inter-relações entre grupos indígenas e a sociedade colonial. No Rio de Janeiro elas foram os focos de intrusão para o interior, onde as instituições coloniais eram estabelecidas com o objetivo de alienar o poder que as organizações indígenas dali tinham (MALHEIROS, 2010), impactando os hábitos, a organização social e a língua daqueles indígenas.

quem se embrenhasse em suas densas florestas e montanhas. A imagem que construíram acerca dos povos do leste etnográfico no início da expansão dos territórios não indígenas, foi a de “uma área natural, intocada pelo homem branco e habitada por indígenas pouco afeitos à civilização” (CARNEIRO, 2008, p. 2). O intuito era criar um estigma, na historiografia, de que esses indígenas eram inferiores aos europeus e que a longo prazo tenderiam a desaparecer devido ao contato com culturas diferenciadas vindo dos colonizadores e imigrantes.

A intensificação da intrusão de não indígenas nessa região teria então ocorrido entre o final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX em consequência do declínio da mineração na região central das Minas Gerais, que culminou no afrouxamento do isolamento de áreas não povoadas nas quais foram, posteriormente, introduzido o ciclo do café. Esse declínio se deu sobretudo devido às redes de contrabando e de mineradores ilegais que conseguiam se estabelecer nos territórios da Coroa Portuguesa, que já não conseguia mais controlar as fronteiras do interior, sobretudo as que ligavam Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Nesse período, essas zonas de fronteiras ainda não eram demarcadas, sendo mais fácil adentrar o território através delas. Logo, o interesse de diferentes sujeitos externos e não indígenas pela diversidade natural que poderia ser encontrada e explorada naquelas terras se tornou o problema que, mais tarde, levaria ao esgotamento da maior parte da biodiversidade dali, bem como ao etnocídio⁵ (CLASTRES, 1982) daqueles povos. Foi nesse contexto de procura dos chamados ‘recursos naturais’, ou seja, dos elementos da natureza que servissem de utilidade econômica aos brancos, que passaram a ser produzidos um grande número de registros sobre os Puri em relatos de viajantes e naturalistas que pesquisavam a região e nos documentos provinciais (ALMEIDA, 2015, p.123). Assim, ao passo que ocorriam as invasões aos territórios indígenas, mais intensos passavam a ser os conflitos por territórios, que transformaram os cenários naturais já estabelecidos e colocaram em risco os modos de vida desses povos originários.

⁵ O etnocídio pode ser caracterizado pela destruição física e cultural dos modos de vida, de existência, de identidade e de pensamento dos grupos étnicos que compõem a nação.

Minas e Rio: entre a expansão econômica, os “índios” errantes e o anúncio da devastação

A região ocupada pelos Puri, disposta entre duas províncias, foi a mais importante das fronteiras internas da América Portuguesa do ponto de vista geopolítico (LANGFUR, 2019, p. 210), graças à sua imensa biodiversidade, seu grande potencial mineral e agrícola e à sua localização, que abrangia os principais portos e escoadouros comerciais do século XVIII.

Quando os movimentos humanos de migração passaram a acontecer em função do trabalho, o Rio de Janeiro era a capital e cidade que mais crescia no Brasil no final do século XVII e início do XVIII, sendo o principal ponto de comércio da época. Já a capitania e depois província de Minas Gerais foi um grande distrito de mineração, de onde os minerais retirados eram exportados em grande escala pelo mundo, sendo posteriormente a região mais populosa da colônia nesse período pela busca do ouro (LANGFUR, 2019, p. 210). Foi nesse ensejo que a colonização rumo ao interior se efetivou, obtendo sucesso a partir da apropriação de terras indígenas através de processos distintos de dominação e coerção causando a expulsão e/ou readaptação dos indígenas.

Essas duas regiões passaram por dinâmicas de ocupação e exploração bastante intensas que modificaram as relações socioculturais devido a entrada de diferentes agentes num território ainda equilibrado na relação entre humanos e natureza. A presença colonial trouxe consigo um grande desequilíbrio nessa relação, porque desempenhava “a apropriação do mundo natural por meio de um acelerado processo de ocupação do solo”, como também das fontes hídricas e da fauna de forma desenfreada, “intensificando a degradação ambiental através de um processo predatório da natureza” (CORRÊA, 2012, p. 59).

Essas ocupações e a inserção do sistema de economia extrativista impactaram fortemente os modos de vida dos indígenas e da natureza que compunham a região. O trânsito de mercadorias de diversos gêneros, inclusive de humanos, se tornava cada vez mais comum nos espaços naturais. Na busca de conseguir ganhos mais fáceis e rápidos, as florestas foram sendo devastadas de forma abrupta, sem haver grandes preocupações com as consequências disso pois existia o imaginário de uma mata em

abundância e por isso, inesgotável (NETTO, 2011, p. 20). Não havia mais uma preocupação na manutenção da vida das comunidades como os indígenas faziam por tempos imemoriais.

A predação do mundo natural que passou a ocorrer correspondia a um imaginário de inesgotabilidade⁶ da natureza e, como observa o eco-historiador Soffiati Netto, ao longo do tempo a natureza “deixa de ser espaço inerte, estoque inesgotável de recursos, depósito com capacidade ilimitada de absorver os descartes dos processos econômicos, um mero palco em que se encenam os dramas humanos, como a concebeu o mecanicismo, para tornar-se agente” (WORSTER, 1991 apud NETTO, 2011, p. 7). Assim, no século XVIII, a devastação da floresta tornava-se cada vez mais comum por todo o país, influenciando no desequilíbrio entre as diferentes formas de vida desse cenário, incluindo a vida humana.

Nesse contexto, nas ações de comércio entre as províncias, os indígenas, que antes viviam livres e autônomos, passaram a ser a principal mão de obra em alguns lugares, sendo inseridos numa lógica de alienação do trabalho, onde não se produzia mais para seu próprio sustento, mas sim, para gerar lucros para outrem. Eram utilizados sobretudo nas atribuições de trabalho que exigiam maior esforço físico e maior conhecimento da natureza, como a derrubada de grandes árvores e a queimada de porções de matas vivas a mando de seus senhores, como guias pelas florestas, montanhas e rios e também para conduzir tropas e transportar grandes cargas de diversos gêneros.

No vale do Paraíba, tanto na região norte quanto sul, quando, no final do século XVIII e início do XIX, as últimas aldeias eram estabelecidas, a mão de obra indígena ainda era bastante cobiçada. Além de apaziguar áreas, as novas aldeias davam aos moradores o acesso ao trabalho dos índios em seus pastos e lavouras, bem como nos cortes de madeira, serviço no qual os índios daquela região foram amplamente empregados (ALMEIDA, 2015, p. 130).

⁶ “Síndrome da inesgotabilidade” e “mito da fertilidade inesgotável” são termos utilizados pelo eco-historiador Aristides Soffiati Netto para designar um imaginário desenvolvimentista que teve início na exploração colonial em territórios brasileiros de que a natureza teria uma capacidade infinita de regeneração florestal e que por isso ela seria inesgotável. A crítica do autor na obra citada é sobre esse contexto de utilização humana das florestas de forma predatória (NETTO, 2011, p. 18-26).

No século XVIII a exploração do trabalho indígena era algo comum na região entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde eles prestavam muitos serviços aos não indígenas que “dependiam dos índios para tudo” (ALMEIDA, 2015, p.127), tendo o trabalho escravo⁷ de indígenas acontecido em bases legais e ilegais até o século XIX porque a maioria das autoridades provinciais negligenciavam e eram coniventes com os abusos e violências que esses indígenas sofriam (CUNHA, 1992, p. 138).

No século XIX, devido aos processos migratórios, a usurpação e disputa pelas terras indígenas estavam ainda mais concorridas, sendo expropriadas por “nacionais brancos, filhos e netos de colonizadores, chegando muitos com cartas de arrematação de bens penhorados pela Fazenda Nacional, que era a forma tradicional do “grilo”” (LAMEGO, 1963, p. 276), que se tornou o grande marco de civilização e desenvolvimento, segundo o imaginário colonial

(...) para caracterizar o século [XIX] como um todo, pode-se dizer que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras. Nas regiões de povoamento antigo, trata-se mesquinamente de se apoderar das terras dos aldeamentos. Nas frentes de expansão ou nas rotas fluviais a serem estabelecidas faz-se largo uso, quando se o consegue, do trabalho indígena, mas são sem dúvida a conquista territorial e a segurança dos caminhos e dos colonos os motores do processo. A mão-de-obra indígena só é ainda fundamental como uma alternativa local e transitória diante de novas oportunidades (CUNHA, 1992, p. 133).

Ainda que no século XIX a demanda por mão de obra indígena estivesse menor justamente porque muitos indígenas já não eram mais autônomos mas sim aldeados, o que facilitava o controle do Estado sobre eles, existe um relato do século XIX em que 200 Puri foram retirados à força de seus territórios para serem escravizados, levando muitos à morte nesse processo devido ao grande teor de violência e desumanização com que eram tratados.

[...] cêrca de 200 puris retirados com violência de suas florestas e transferidos para Vila Rica, no início do século XIX. Separados de seu meio primevo e distribuídos por diversas famílias vilarriquenhas, acabaram escravizados e, pouco depois, mortos, salvando-se apenas, como depõe von Eschwege, algumas crianças (JOSÉ, 1965, p. 15).

⁷A escravização de indígenas existiu oficialmente até 1758. Depois disso, embora a legislação tentasse coibir essa prática, ela ainda se manteve por um longo período como uma prática comum, sendo possível encontrar até o ano de 1850 indígenas à venda na Corte (SOUZA, 2004; CUNHA, 1992, p. 138).

Isso evidencia que, durante esses movimentos mercantis de migração, os indígenas também eram vistos como mercadorias, podendo ser descartados quando não mostrassem utilidade aos interessados. Isso traz à tona o caráter predatório de destruição dos colonizadores e imigrantes que passaram a se estabelecer nas regiões aqui analisadas e mostra como o jugo que recaía sob os indígenas era desigual e mais pesado quando se tratava das relações entre humanos.

Nos processos de migração dos não indígenas, entendidos aqui como os movimentos em prol do trabalho, estão envolvidas formas de uso do território como o transporte de animais e vegetais que são retirados de um lugar, muitas vezes de onde são nativos, para serem colocados em outro, a construção de habitações e estradas a partir de elementos encontrados na natureza, bem como a alimentação de base vegetal e animal e o uso de plantas para os tratamentos de doenças. Todos esses usos do território estão associados à subsistência desses não indígenas mas, em termos de comparação, quando os indígenas se movimentavam no território procurando rotas possíveis para prover sua subsistência e liberdade, frente o processo contínuo de avanço da colonização, são apresentados pela historiografia como indígenas “errantes” e selvagens, pela justificativa de que elas não apresentavam uma orientação definida, nem uma sedentarização nas terras pelo usufruto contínuo e exploratório das mesmas (MALHEIROS, 2008, p. 226 apud. SOARES, 2022, p. 17).

Suas organizações sociais e liberdade foram então constantemente negadas e seus fluxos de migração, que eram naturais, foram estigmatizados como errados porque eles não viviam em prol do trabalho, como os brancos, mas sim de forma livre e em movimento, mantendo fluxos de instalações entre as fronteiras, as fazendas e as matas, sendo difícil se instalarem em algum lugar por muito tempo (MALHEIROS, 2008, p. 226). Logo, se esses indígenas não fossem úteis ao trabalho do governo vigente, passavam a ser considerados como ameaça ao desenvolvimento e expansão territorial.

A exaltação da figura dos ditos desbravadores, que segundo a historiografia oficial conquistaram aqueles territórios, enfrentando e persuadindo os indígenas e supostamente levando-os à civilização, removeu da narrativa histórica a importância da ação e organização social dos indígenas que estavam ali muito antes da presença colonizadora e já detinham conhecimentos e técnicas no uso do território em sua volta

para promover o bem estar social de suas comunidades, como também para proteger a diversidade de vida que podia ser encontrada.

Sombrias, densas, altas florestas que se alternam com verdejantes colinas, que se abeiram do rio e nas quais existem numerosas fazendas. Em alguns lugares, essas matas imensas e românticas vão longe, acompanhando o rio, e se estendem, sem interrupção, pelo interior adentro. Do cume sobranceiro das montanhas, divisam se, embaixo, vales umbrosos interceptando o ermo agreste, completamente coberto pelos altaneiros gigantes da floresta, e cujo silêncio só de raro em raro é quebrado pelas passadas do Puri saqueador e solitário. [Pela margem esquerda do Paraíba, de volta a Campos] penetramos, em seguida, numa sombria e majestosa floresta, onde vojavam lindíssimas borboletas (WIED-NEUWIED, 1989, p. 107 e 116 apud. NETTO, 2011, p. 13).

Esta descrição do príncipe Maximiliano, do início do século XIX, a respeito de parte da natureza existente no entorno do Rio Paraíba do Sul, quando ele viajou pela região conhecida hoje como Norte Fluminense e passava por São Fidélis, contribuiu para que pesquisas subseqüentes analisassem as mudanças das paisagens que aconteceram ao longo dos anos devido à exploração da biodiversidade influenciada pelo avanço colonial.

Tupini e Vargas (2015, p. 72) falam que “como o extrativismo era a forma de economia usada na época da colonização, as plantas e riquezas nelas contidas eram retiradas até seu esgotamento, então procuravam outras terras para lhes abastecer”. Essa prática levou ao esgotamento de muitas espécies nativas, a exemplo da poaia, que foi uma planta de bastante incidência na região abordada neste trabalho.

O extrativismo, forma de economia realizada pela exploração através da coleta sem a atividade agrícola do plantio, foi muito utilizada nos períodos da colônia e do império. Consistia em retirar as plantas e outras riquezas das regiões até o seu esgotamento, quando os exploradores procuravam outros locais para se abastecerem. Essa prática levou a poaia à quase extinção, fato que ocorreu com o pau-brasil, por exemplo, em todo o país e se repetiu na Zona da Mata Mineira e região Noroeste Fluminense com a poaia que, de abundante tornou-se escassa e rara de encontrar. Muitas causas podem ser apontadas para essa circunstância, entre elas, o demasiado aumento do extrativismo vegetal, o extermínio do habitat da poaia, derrubada de matas para realização de atividades agrícolas e o processo migratório para a região. Ou seja, em nome do progresso, faltou uma política econômica de controle e preocupação em preservar a preciosa erva, que tanto lucro trouxe para os exploradores da região, para o

estado e o país, visto que era internacionalmente exportada (SOUZA; CUNHA JÚNIOR, p. 53, 2022).

Acredita-se que a poaia abriu a fronteira exploratória da região (SOUZA; CUNHA JÚNIOR, p.5, 2022), havendo a princípio um cenário de abundância, onde exportava-se a poaia para diversos lugares, cenário que não permaneceu por muito tempo pois sua exploração foi intensificada pelo extrativismo e a sua ocorrência natural diminuiu drasticamente desde o início de sua extração comercial, estando a redução da planta associada ao grande nível de devastação da floresta atlântica.

Não menos importante, as madeiras de lei também passaram por um processo de extrativismo parecido com a poaia, até ser considerado o seu esgotamento ou escassez, a exemplo do pau brasil. Com o passar do tempo, tornava-se mais difícil de encontrar madeiras de lei em lugares que antes havia grande variedade delas e que os não indígenas exploravam sem pensar em reflorestar e cultivar o que eles retiravam porque existia, justamente, a ideia colonial de inesgotabilidade do mundo natural. Além disso, havia também a certeza da impunidade, porque a meta era gerar mais lucros o mais rápido possível, de forma que também fosse lucrativa para o Estado (SAINT-HILARE, 1974, p. 200 apud. NETTO, 2011, p. 20-21).

Os frutos da venda de lenha e de madeira, bem como das atividades praticadas nas terras desvirginadas e desnudadas, concentravam-se nas mãos dos médios e grandes proprietários rurais, que podiam investi-los na aquisição de mais terra, no crescimento da lavoura e da pecuária, na compra de engenhos e de alambiques ou na manutenção e na modernização desta indústria. Podiam também sustentar modos de vida ostentatórios ou acabar nas mãos de comerciantes e agiotas. Por fim, podiam transferir-se para outras regiões dentro e fora do país (NETTO, 2011, p.25).

A partir da ideia do lucro fácil, o processo de ocupação do solo ficou mais acelerado, no qual eram utilizadas queimadas e derrubadas de árvores em grande escala, acometendo a fauna e a flora que eram dependentes desses espaços naturais. Isso acabou por intensificar a degradação ambiental pela predação da natureza, alterando a sua composição. Foi inclusive esse processo que contribuiu para a rarefação da poaia pois ela era extraída e desflorestada do seu ambiente de ocorrência natural, diferentemente, por exemplo do café, que foi cultivado em vários lugares. Essa

apropriação da natureza garantia a ascensão econômica e social dos agentes envolvidos na ocupação e expropriação dos mundos indígenas.

Como exemplo dessa degradação ambiental, sabe-se que o que era a mata nativa do sudeste e do noroeste Fluminense foi profundamente transformada já no início da colonização em decorrência da exploração da madeira, do extrativismo da poaia e do ouro, que modificaram muito o solo, os relevos e os rios. Com o implemento das monoculturas no território, geraram-se derrubadas excessivas de florestas, varrendo muitas espécies nativas de plantas e animais, resultando na destruição gradativa de florestas ainda intocadas pelo homem branco.

Chega-se, portanto, ao século XIX com uma floresta marcada pela destruição e pela devastação, com uma paisagem transformada pelo homem em grandes extensões de terra. Transformação esta que se torna irreversível, segundo Dean (1996, p. 206). Ainda assim, é possível encontrar referências positivas sobre a floresta brasileira, que resistia a este processo devastador nos relatos de viagem do século XIX, como se observa na obra de Spix e Martius (1981, p. 139), cuja viagem ao Brasil se realizou entre 1817 e 1820: “[...] A floresta que perlonga aquelas margens já de longe se apresenta mais densa e regular, e, de perto, toda enfeitada com a maior variedade de magníficas flores, grandes e de lindas cores” (ARAGÃO; JUNIOR, 2012, p. 167). Para complementar, o eco-historiador Aristides Netto relata a passagem de um naturalista alemão pelo norte-noroeste fluminense no século XIX que ficara impressionado com a paisagem que encontrou:

(...) a melhor informação sobre as florestas que margeavam o Rio Pomba no século XIX foi deixada pelo naturalista alemão Hermann Bursmeister (...). Saindo do Rio de Janeiro em direção a Minas Gerais, em setembro de 1850, pelo caminho da serra, ele passou por Nova Friburgo, Cantagalo e chegou a São José de Lionissa da Aldeia da Pedra, atual Itaocara, originalmente redução indígena erigida na confluência do Rio Pomba com o Rio Paraíba do Sul. A floresta tropical do tipo estacional deixou o estudioso completamente fascinado. Árvores altíssimas, fustes grossos, complexidade interna jamais vista nas comportadas florestas temperadas da Europa, rica biodiversidade e tantas outras características levaram-no a não poupar encômios àquela vegetação luxuriante (NETTO, 2011, p. 15).

Contudo, ele lamenta que “atualmente, custa-nos crer que essa vegetação tenha existido na região, hoje em franco processo de aridez” (NETTO, 2011, p. 15).

Sob este panorama, é possível entender que os mundos naturais estavam em profunda transformação, da qual a maioria se tornaria irreversível. Os espaços naturais se tornavam cada vez mais modificados pela ambição da lógica mercadológica e predatória, dando lugar a territórios consumidos pela ação humana e ocupados para a expansão econômica e populacional. A exemplo disso, no norte e noroeste do Rio de Janeiro, bem como no sul do Espírito Santo, a formação vegetal nativa que era de floresta estacional semidecidual, de terras baixas, submontana e montana (NETTO, 2011, p. 8), que era uma vegetação bastante complexa, foi suprimida mais tarde pela economia implantada por colonos europeus.

No último quartel do século XIX, as florestas estacionais, que, grosso modo, estendiam-se do Rio Itabapoana ao Rio Pombo, na Província do Rio de Janeiro, estavam com sua fisionomia original irreconhecível, não obstante restassem ainda amostras significativas espalhadas por todo aquele território. Se os Puris do século XVI, Anthony Knivet e Manoel Martins do Couto Reis pudessem ressuscitar, certamente presumiriam estar em outro país (NETTO, 2011, p. 26).

O registro de Netto (2011), citado acima, evidencia o quanto a vegetação nativa foi modificada e sufocada pela ação humana colonialista, sendo percebida pelos viajantes e naturalistas que as matas complexas e com grande biodiversidade deram lugar a planícies áridas onde as espécies nativas foram diminuindo cada vez mais. Apesar de terem existido regulamentações sobre o uso excessivo das madeiras, como o Regimento das Madeiras de 1562 instituído pela Coroa Portuguesa e o Regimento dos Cortes das Madeiras das Matas das Capitâneas de Pernambuco e da Bahia de 1799, que serviu como modelo para as outras capitâneas, visto que havia uma demanda bem expressiva de disputa por elas, esses regulamentos, ao tempo que tentavam ordenar a forma como eram utilizadas em determinadas atividades econômicas, por outro lado demandavam um monopólio dessas madeiras e conseqüentemente, dos territórios onde elas eram encontradas, pois a implementação das regras estabelecidas por esses regimentos sempre estiveram condicionadas às dinâmicas locais das capitâneas, o que ocasionava grandes dificuldades na sua aplicabilidade.

A ideia não era regular os materiais provindos da natureza por existir uma preocupação com sua conservação, mas sim, demandar maior produtividade e, para isso acontecer, era necessário que existisse um controle desse ambiente no seu uso. Esse

controle interessava ao governo vigente e aos particulares porque, como falado anteriormente, a exploração da madeira também indicava um status social e econômico, logo, o seu controle estava relacionado ao poder e dominação de uns sobre outros.

Apropriação dos conhecimentos indígenas no comércio: o caso das madeiras e da poaia

Pelos registros de muitos naturalistas e viajantes que visavam explorar esse vasto território entre os séculos XVII e XIX em busca de se realizar estudos da sua história natural, a configuração da região era extremamente abundante em espécies vegetais e animais, compondo um cenário nativo diverso e muito fértil. Os conhecimentos adquiridos nessas viagens passaram a circular entre os homens de ciência e instituições tanto no Brasil quanto no exterior sob a forma de escritos, desenhos, pinturas, mapas e objetos científicos, e muitos materiais acumulados nessa época são estudados e utilizados até hoje em diversas áreas de conhecimento.

Os conhecimentos e habilidades na procura, extração, plantio e manejo de várias espécies vegetais adquiridos por esses viajantes e levados para o exterior e para instituições para serem estudados, analisados e úteis para diversos fins, só foram possíveis em decorrência do contato com os povos indígenas que já se estabeleciam nesses territórios antes da invasão colonial. Esses indígenas guardavam conhecimentos milenares que compreendiam elementos físicos e espirituais em sua relação harmoniosa com a natureza, a exemplo da língua falada por eles, pertencente ao tronco linguístico Macro - Jê que possuía “palavras onomatopaicas, ou seja, imitavam sons da natureza (...) e descreviam também com grande precisão as espécies de plantas e animais da região (...), indicando até relações de parentesco entre as espécies” (OLIVEIRA, 2023, p. 9). Ao passo que esses conhecimentos ajudaram estudiosos, viajantes e colonizadores ao longo do tempo, eles foram também apropriados por grande parte desses naturalistas, sem nenhum retorno ou reciprocidade para os indígenas. Ao contrário, os indígenas foram constantemente apagados dessa história, tendo seus saberes sobre os territórios como forma de auxiliar o avanço colonial sob o mundo natural e nativo.

Os Puri realizavam suas tradições milenares de modo que conservavam a harmonia com o ecossistema que habitavam pois sempre foram protetores das matas e

suas visões de mundo, na forma como eles enxergavam todos os seres que compunham a natureza, se diferenciavam das perspectivas dos brancos. Os territórios que habitavam tratavam-se já de paisagens humanizadas e, portanto, não mais intocadas; contudo, ainda assim suas interferências eram limitadas de tal modo que era possível a recuperação da floresta (DEAN, 1996, p. 41-45 apud. ARAGÃO; JUNIOR, 2012, p. 165-166) de forma espontânea. Entretanto, esse cenário mudou a partir do contato com o homem branco.

Com a inserção de outros sujeitos não indígenas, as disputas pela floresta se tornaram mais intensas, colocando os indígenas em uma situação de vulnerabilidade, visto que o interesse colonial se estabelecia pelo uso dos territórios de forma que pudessem prover uma ascensão econômica. Assim, a disputa que se estabelecera ali dividiu-se entre a proteção da natureza e a manutenção dos modos de vida, por parte dos indígenas, e a predação em prol de um maior desenvolvimento econômico, por parte dos não indígenas.

Os indígenas constituíram, portanto, a principal força de trabalho, fornecendo a maior parte do conhecimento sobre os territórios e sobre os seres da natureza, ajudando na instalação das populações de imigrantes, entre trabalhadores rurais, colonos, fazendeiros e moradores das províncias, atendendo a demanda por força de trabalho e aos serviços de infraestrutura do governo na região. Em decorrência desses contatos com os não indígenas, precisaram desenvolver estratégias e alianças, mesmo não existindo um retorno justo dos esforços que eles empreenderam. O preço de suas vidas e conhecimentos explorados e expropriados eram relações de escambo, de negociações e de sujeições para tentarem viver com dignidade diante dos novos cenários socioculturais estabelecidos.

Segundo Marcio Xavier Corrêa, os movimentos humanos que decorreram das relações comerciais nesses territórios e estabeleceram novos cenários socioculturais podiam ser divididos em: movimentos de interiorização, quando os não indígenas se deslocaram para áreas interioranas e mais tarde para os sertões em busca de riquezas e ascensão econômica; e os movimentos do interior para a Corte, a exemplo das exportações de humanos, animais e plantas (CORRÊA, 2012, p. 54-55). Esses movimentos mercantis modificaram muito o panorama das relações sociais que já estavam estabelecidos, tendo como cerne principal a dominação total sobre os

territórios indígenas. Nesse trâmite, muitos indígenas e escravizados negros foram deslocados e levados de um lugar para o outro para serem vendidos e/ou para servirem como mão de obra.

Os mais conhecidos produtos comercializados nessas relações envolvendo indígenas e não indígenas em Minas Gerais e Rio de Janeiro se tratavam do ouro e do café, além do arroz, feijão, milho, o fumo, o algodão, a cana de açúcar e seus derivados e o azeite de mamona. Entre as espécies animais as mais comuns eram gado bovino, porcos e galinhas, como também os equinos que serviam sobretudo para o transporte (CORRÊA, 2012, p. 55-59). Contudo, antes mesmo do ciclo das fazendas de café, a ocupação de europeus na área onde os Puri habitavam junto a outros povos se deu pela exploração das madeiras de lei, especialmente a cabiúna, o jacarandá e o cedro, e da poaia, conhecida por suas propriedades de cura de várias doenças.

Com relação às madeiras de lei, elas eram encontradas em abundância e diversidade na região, e devido à sua grande utilidade, a região se tornou palco de desmatamento intensivo para sua exploração e comércio. Elas eram importantes para a construção civil e para as indústrias naval e moveleira, utilizadas para as construções rurais e urbanas, para a construção de carros de bois, bem como para as construções de embarcações que transportavam produtos pelas vias fluviais. Mais tarde, foi empregada na construção de casas e de móveis, contribuindo para a derrubada de muitas espécies arbóreas.

As melhores madeiras eram encontradas no Sertão de Cacimbas, que terminava então no Rio Cabapuana ou Moribeca (Itabapoana) [...] rico em matas de onde se extraía madeira para a fabricação de canoas” (COUTO REIS, 1785, p. 2; LAVRADIO, 1915, p.333, 340 e 342 apud. NETTO, 2011, p. 12). Depois de cortadas, eram conduzidas pelos rios, principalmente o Pomba e Paraíba do Sul, até os principais portos comerciais. Então, “a exportação de madeiras dependia em quase tudo das florestas e de sua exploração, assim também como a pecuária que precisava remover as matas para ampliar suas pastagens (NETTO, 2011, p.21)

Os exploradores observavam a destreza dos indígenas em manejar a madeira, tanto na sua derrubada, quanto na sua utilização em embarcações e por isso, os exploravam. Logo, “todos os índios se empregam efetivamente em tiradas e conduções

de madeiras de que abundam as margens do rio (...) para cujo trabalho parece terem nascido” (SOUZA, 1843, p. 148). Segundo argumentação do geógrafo Marcelo Lemos,

[...] a região da Aldeia de Pedra [atual Itaocara] era uma das áreas de início da cadeia produtiva madeireira, com intensa utilização de mão de obra indígena. Os indígenas adentravam as florestas, abatiam diversos tipos de madeira e transportavam pelo Rio Paraíba ou por terra. O conhecimento que tinham, dos diversos tipos de madeiras e da localização das árvores, facilitaram o trabalho de coleta do jardineiro botânico, que informou no seu relatório: “várias vezes os índios derrubaram árvores para mim, começando de manhã bem cedo até 4-5 horas da tarde” (SCHREIBERS, 1820, p.39 apud. LEMOS, 2015, p. 7).

Esses serviços eram feitos sobretudo para explorar as habilidades e conhecimentos que os indígenas detinham do território e dos seres com quem conviviam. A maioria dessas madeiras eram desconhecidas pelos colonizadores por serem nativas de certos biomas e nunca foram objeto de classificação científica. Por isso, havia um grande empenho em mandar naturalistas em busca desses conhecimentos sobre as matas nativas desta região, incorporando os indígenas às suas expedições para os guiá-los, seja pelas vias da força ou pelas vias da troca/escambo e negociação.

Com relação à poaia ou puaia, cujo nome científico é *Psychotria ipecacuanha*, também chamada de ipeca, ipeca-verdadeira e poaia cinzenta (SOUZA; CUNHA JUNIOR, 2022, p.2), ela foi uma das mais importantes ervas comercializadas nesse período. Mundialmente conhecida por suas propriedades no tratamento de doenças pulmonares e intestinais, é nativa de várias partes do Brasil, incluindo a região leste do país, fazendo parte da história dos Puri em sua relação com as densas matas que habitavam antes do início da exploração de seus territórios.



Imagem 2: Poaia ressecada em exposição no acervo sobre a história dos Puri exposto no Memorial Municipal de Muriaé – MG

Fonte: Site do Memorial Municipal de Muriaé⁸

A região compreendida entre a Zona da Mata Mineira, Noroeste Fluminense e Sul Capixaba, como as conhecemos nos dias de hoje foi, do século XVII até o início do ciclo do café, um dos grandes fornecedores de poaia para a Europa (MONTEIRO, 2005), e a sua extração nessa região se relacionava principalmente aos Puri, que eram os grandes responsáveis pela sua coleta. Esses indígenas tinham grande autonomia medicinal e alimentar sobre o território, onde criaram suas próprias paisagens culturais sem que o esgotasse. Tanto a poaia como muitas outras plantas brasileiras, já tinham suas propriedades conhecidas e utilizadas pelos Puri antes da comercialização com os *haranjúá*⁹. Esses conhecimentos eram adquiridos numa relação de reciprocidade com a natureza e repassadas através de suas cosmogonias e rituais:

Contaram, naquelas florestas, a Spix e Martius, que as virtudes da ipecacuanha tinham sido ensinadas aos selvagens pelo pássaro chamado irara, espécie de martim-pescador, que, segundo se diz, tem o habito de

⁸ Disponível em: <https://memorialdemuriae.com.br/museu>. Acessado em: 25 de outubro de 2023.

⁹ Que significa homem branco na língua Puri (TORREZÃO, 1889).

comer a raiz e as folhas da planta, quando em virtude de ter bebido água malsã de algum rio, quer provocar vomito. Essa é, sem dúvida, mais uma das mil tradições fabulosas que os portugueses receberam dos índios ou que eles próprios inventaram, achando que os índios não inventavam bastante lendas (BRANDÃO, 2010. p. 62 apud. CORRÊA, 2012, p.12).

Assim, quando os exploradores descobriram, através dos conhecimentos que os indígenas tinham dessa planta, como era o manejo¹⁰ da poaia e como ela poderia ser utilizada em variados tratamentos de cura, passaram a explorá-la como fonte econômica, criando um ciclo de extrativismo desenfreado nos territórios indígenas na região. O mercado europeu, o que mais recebeu exportações de poaia, a considerava a erva medicinal melhor sucedida pelas suas propriedades medicinais e farmacológicas, sendo bastante valiosa aos negociantes. “A parte da planta mais procurada são as raízes, nas quais são encontrados dois valiosos alcaloides, que têm grande valor farmacológico, a emetina e a cefalina” (LAMEIRA, 2002 apud. SOUZA; CUNHA JUNIOR, 2022, p. 3), compostos orgânicos utilizados na fabricação de remédios.

A exportação da poaia para a Europa se deu principalmente pelo porto do Rio de Janeiro, onde existiam pontos de comércio para o exterior e os muitos rios da região facilitavam a sua comercialização entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, realizada por meio de navegação entre os rios Carangola, Muriaé e Paraíba do Sul (TUPINI; VARGAS, 2015, p.71).

Os comerciantes chamavam os coletores dessas plantas, os Puri e outros indígenas de outras etnias, de poaieiros. E como esses indígenas detinham grande inteligência territorial para encontrar e usufruir da poaia, eram também a mais explorada mão de obra na coleta dessa planta. Eles coletavam a poaia mas também se dedicavam à agricultura visto que a colheita da poaia era sazonal, acontecendo só em certos períodos do ano.

[...] os aborígenes passavam a trabalhar na agricultura e como poaieiros na extração da poaia – raiz da “ipecacuanha”. Os serviços prestados eram pagos, em geral, com alimentos cozidos, porções de sal ou gordura, roupas e aguardente. Inicialmente esses produtos

¹⁰ “(...) é a raiz que interessa ao poaieiro. É uma raiz preta por fora e branca por dentro, formada de anéis bem juntinhos. O trabalho consiste em descobrir e arrancar essa raiz de 20 a 30 cm de comprimento que corre horizontalmente debaixo da terra. Extraída a raiz o caule fica no chão e volta a brotar. Qualquer pedaço de raiz que também fique, volta a dar um novo pé. Por ser muito mais fácil mexer com a planta quando a terra está molhada, é costume “poaiar” no tempo da chuva” (THIEBLOT, 1980, p. 16 apud OLIVEIRA, 2013, p. 3).

eram utilizados pelos aborígenes por curiosidade com o tempo se converteram em fator de dependência do homem branco para obter novas remessas (MONTEIRO, 2005, p. 72).

Existiam escritos sobre a relação da poaia e dos indígenas desde o século XVI, em decorrência da ação dos jesuítas com os indígenas da família Tupi; contudo, somente entre os séculos XVII e XVIII que suas propriedades medicinais foram difundidas, quando as excursões pelos sertões do Leste e da Paraíba se fortaleceram. Este trecho de um dicionário sobre espécies nativas de plantas, apresentado no trabalho de Marcio Xavier Corrêa (2012), veio à tona em 1712 e já falava das variadas propriedades da poaia.

IPECACUANHA. Celebre planta da America, & hoje muy conhecida na Europa, pella sua notável efficacia contra as dysenterias & affectos do citomago. Tem raiz delgada, torcida, fibrosa, com muytos nós, de côr fusca, de sabor acre, & amargoso. Lança hum talo redondinho, & cinzento, parte do qual se levanta com sette, ou outo folhas em cima, & outra se abaixa, & rastejando cria outras raízes. [...] He esta erva amiga dos lugares silvestres, humidos, & sombrios, & transplantada em hortas, ou campos cultivados, não medra [cresce]. [...] Ainda que a Ipecacuanha seja hum dos mais soberanos remédios para camaras de sangue [evacuação intestinal com sangue], não he certo; quando depois de o ter tomado em pó três vezes, o doente não se acha aliviado, he necessário deixá-lo e apelar para outro. Sinal, de que há de obrar [defecar] bem, he o vomito; em alguns doentes, ainda que não vomitem, produz o seu effeito, purgando-os primeiro por baixo. A Ipecacuanha he purgativa & astringente, Purgativa, pella sua parte mais dissolúvel; & assi purga com vômitos, & camaras; astringente, pella sua parte terrestre; & assi aperta, & fortalece todas as fibras das entranhas (BLUTEAU, 1728, p. 526 apud. CORRÊA, 2012, p. 15)

As plantas protagonizaram as práticas de cura e tratamento de doenças até o século XIX (MARQUES, 1999, p. 27 apud. CORRÊA, 2012, p. 42) e muitas dessas doenças, que hoje nos parecem mais simples de se tratar, eram doenças para as quais não existiam outros medicamentos ou tratamento, pois “no Brasil colonial [ainda] não existiam fronteiras nítidas entre as práticas médicas científicas e a medicina popular” (RIBEIRO, 1997, p.85). Então, a partir da apropriação dos conhecimentos indígenas sobre os diferentes usos da poaia e seus efeitos de cura para variadas doenças mais comuns à época, ela se tornou um dos produtos mais exportados do Brasil, sendo também objeto de estudos de diversas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de forma que

comprovaram e legitimaram a eficácia terapêutica e medicamentosa da planta (CORRÊA, 2012, p. 44-47).

Assim, a economia da poaia é entendida como uma atividade expressiva que assumiu um papel importante na formação econômica, social e cultural da região (CORRÊA, 2012, p. 23) mais expressiva economicamente do Brasil, sendo a ponte para o comércio nacional e internacional, possibilitando o surgimento de um espaço econômico próprio no processo mercantil por meio do qual se formaram caminhos do interior rumo ao litoral (ABREU, 1998, p.155 apud CORRÊA, 2012, p. 22) e ao exterior.

Tendo em vista a grande repercussão econômica da poaia, a demanda comercial e populacional que ia se estabelecendo e invadindo os territórios indígenas no leste etnográfico cresceu ainda mais, introduzindo-se pelas fronteiras e pelos sertões, utilizando a exploração tanto do mundo natural, quanto dos indígenas e suas formas de vida e de conhecimentos como um caminho já aberto anteriormente devido a descoberta dos exploradores dos usos da poaia.

Modos de vida Puri com a biodiversidade

Os Puri viviam de fato com o que a natureza lhes dava, plantando, colhendo, cozinhando e se alimentando do que caçavam e coletavam pois era ela que lhes dava o sustento de tudo o que precisavam. Sobre a terra que pisavam e debaixo do céu sob suas cabeças, criaram instrumentos, utensílios e ferramentas com diversas utilidades para o uso cotidiano da comunidade, desenvolvendo também estudos e técnicas a partir da observação dos ciclos dos fenômenos naturais, a exemplo da mudança dos posicionamentos do sol (*opeh*) e da lua (*petara*) no céu, que ajudavam a entender a marcação do tempo. Este, por sua vez, influenciava nos aspectos naturais como o comportamento dos animais, o crescimento de algumas espécies de vegetação, as cheias dos rios, entre muitos outros fenômenos que orientavam o entendimento da comunidade acerca das mudanças da natureza. Os territórios que habitavam representava não só um lugar de relações sociais, mas também de relações espirituais, vinculado ao mundo dos mortos e dos vivos pois eles não desassociavam o mundo material do mundo espiritual. Portanto, suas expressões culturais, sociais, religiosas,

ancestrais, econômicas e espirituais estavam todas ligadas de forma harmoniosa aos fenômenos da natureza que circundavam suas existências.

As pesquisas sobre esse povo revelam que eles preferiam se estabelecer próximos das águas, buscando ficar perto das nascentes dos rios e seguir os seus direcionamentos, pois suas principais bacias e seus muitos valões e nascentes proporcionavam peixe, caça, frutos e solo fértil para esses povos plantarem e se relacionarem com a terra (BUSTAMANTE, 1971 apud PICCININI, 1999, p. 30) e também com as águas.

A maior parte das festividades e rituais dos Puri aconteciam perto dos rios, a exemplo da Festa da Enchente das Goiabas, que era marcada pela lua nova e anunciava as cheias dos rios, marcando o fim das estações chuvosas (o verão).

A goiaba é a fruta do ano novo Puri, celebrado no início do outono, época da popular Enchente das Goiabas ou Chuva de São José, nome que algumas pessoas chamam por ocorrer próxima ao dia 19 de março, dia de São José. Embora ainda há, antigamente era mais comum a presença de goiabeiras no entorno dos córregos e rios. Durante as chuvas fortes do início do outono as goiabas muito maduras caíam nos rios formando a Enchente das Goiabas. Segundo Senhor Felismar, na Aldeia Rural da Fazenda dos Gregórios em Guiricema, era um tempo de festa, com danças e muitos alimentos feitos de goiaba e outras frutas da época. Era tempo também da coleta da casca da goiabeira e dos frutos verdes para usos medicinais. A festa era feita com a intenção de pedir tempos favoráveis às colheitas com fartura (OLIVEIRA, 2023, p. 12).

Quando os Puri viam a lua nova no céu, já sabiam que os rios estavam cheios e que era época dos frutos da goiabeira em abundância. Essa passagem mostra o quanto os Puri detinham sabedoria e estratégias ligadas à natureza para conseguirem saber quando os rios estavam mais cheios, quando era a época de certas frutas, e como a posição e formato da lua, *petara*, no céu influenciava essas mudanças naturais. Hoje, a enchente das goiabas é entendida como uma tradição popular de algumas partes do Brasil, mas sobretudo em Minas Gerais.

Um outro exemplo da importante relação de dependência e respeito que os Puri mantinham com as águas são alguns vestígios materiais deixados por seus antepassados, como o sítio arqueológico com polidor e amolador fixo que foi encontrado em 2012 no município de Miracema, estado do Rio de Janeiro. Segundo Elena Mandarim, essas marcas contidas nas formações rochosas de um córrego da

fazenda Santa Inês, na localidade do distrito de Paraíso do Tobias, revelam que ali “funcionava uma espécie de oficina em que povos antigos que viveram na região elaboravam artefatos, como machados, em suportes de grandes blocos ou superfícies rochosas, deixando várias marcas de polimento ou amolação no local” (2012, p.17). Logo, neste córrego eram confeccionados instrumentos e ferramentas polidas que, segundo a pesquisa, tratavam-se de furadores, bastões, agulhas, arpões e machados, bem como bacias e pratos (MANDARIM, 2012, p. 17-18).



Imagem 3: Sítio arqueológico polidor amolador fixo encontrado na Fazenda Santa Inês em Miracema - RJ correspondente à presença dos Puri

Fonte: Acervo online do Mapa de Cultura RJ – Secretaria de Estado de Cultura¹¹

Algumas dessas ferramentas que, pode-se inferir, eram confeccionadas dessa maneira, ou seja, polidas e amoladas em sedimentos rochosos de córregos e cachoeiras, podem ser encontradas em alguns acervos culturais municipais, a exemplo do acervo do Centro Cultural Melchíades Cardoso em Miracema – RJ e do Memorial Municipal de Muriaé – MG.

¹¹ Disponível em: <https://mapadecultura.com.br/manchete/fazenda-santa-ines#prettyPhoto>. Acesso em: 21 de agosto de 2023.



Imagem 4: Pontas de machado encontradas respectivamente nas fazendas Prosperidade e Fazenda Santa Inês, ambas localizadas no município de Miracema

Fonte: Imagem da autora retirada do Acervo do Centro Cultural Melchíades Cardoso – Miracema/RJ



Imagem 5: Ponta de machado de tradição Puri encontrado em Muriaé – MG e exposto no acervo do Memorial Municipal

Fonte: Site do Memorial Municipal de Muriaé¹²

Apesar de reconhecidos, existem poucas investigações sobre o sítio arqueológico da Fazenda Santa Inês, bem como desses materiais líticos encontrados ali, que podem

¹² Disponível em: <https://memorialdemuriae.com.br/museu>. Acessado em: 25 de outubro de 2023.

fornecer informações importantes sobre padrões de subsistência e tecnologias utilizadas por esses povos nessa região.

Uma peculiaridade deste tipo de sítio arqueológico em específico é que ele é mais comum de ser encontrado em regiões litorâneas, em ilhas e praias: “A maioria dos sítios arqueológicos registrados no Estado do Rio de Janeiro ocorre no litoral, com predominância de sambaquis construídos por populações pescadoras, coletoras e caçadoras” (OLIVEIRA, 2013, p. 78). Ele foi então o primeiro sítio arqueológico polidor e amolador encontrado no interior do estado, mostrando uma situação de exceção, ainda que os pesquisadores envolvidos na sua descoberta acreditam existir mais como esse na região, o que precisa ainda ser investigado em pesquisas posteriores.

É provável que o fato desse tipo de sítio ter sido encontrado no interior, nos que eram chamados “sertões dos Puris”, tenha referência com os deslocamentos desses indígenas quando procuraram formas de se estabelecer e se adaptar às paisagens naturais que encontravam. Existem registros historiográficos que corroboram para a teoria de que nessa região interiorana, localizada entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, as aldeias dos Puri podem ter resistido até o século XX mais afastadas do contato com a sociedade que se formara e também adaptadas à nova composição do território colonial.

Outro exemplo dos vestígios materiais deixados pelos Puri é a língua de peixe, cuja espécie não foi descrita, como mostra a foto abaixo (imagem 6) que está exposta no Museu Municipal de Muriaé.



Imagem 6: Língua de peixe ressecada e conservada no Museu Municipal de Muriaé referente à presença Puri na região

Fonte: Site do Museu Municipal de Muriaé

Na relação desses indígenas com a natureza, não existia a ideia de descarte como conhecemos hoje, implementada com o extrativismo e predação da natureza, e esta foto evidencia como todas as partes do peixe que esses indígenas retiravam da água eram utilizadas, até mesmo a língua. Além de ser usada para ralar alimentos, provavelmente elas também serviam como uma espécie de lixa para auxiliar na confecção de variados objetos. Isso demonstra não só o respeito que os indígenas tinham com o que era retirado da natureza, como também mostra as técnicas, habilidades e destreza que eles desenvolveram ao longo dos anos na conservação da natureza.

Além dos peixes, um vasto número de espécies de plantas, vegetais, frutas e raízes é descrito como parte da alimentação dos Puri, algumas sendo de consumo muito antigo e outras que foram incorporadas a partir do contato com o colonizador. Entre as frutas consumidas tradicionalmente por eles e registradas até o momento temos o ananás, os frutos de diversas palmeiras, cajá, gabioba, goiaba, jaracatiá, banana, laranja e pinhão. Dentre as verduras e legumes originárias das Américas de que há registro de consumo pelos Puri, temos a capiçova, taioba, brotos de bambu, o almeirão do mato, a serralha, o lobrobobô, conhecido também como ora pró nobis, vários tipos de abóboras, os palmitos de palmeiras nativas e o milho (OLIVEIRA, 2023, p. 11-12).

O milho foi um cereal fundamental e básico para os Puri tanto para a alimentação, quanto para marcar ritos e festividades. Na alimentação, na maioria dos preparos ele era “consumido ainda verde na forma de mingau ou assados no fogo” (OLIVEIRA, 2023, p. 13-14), servindo também para produzir uma bebida fermentada, denominada de *virú*, *eivir* e *catipuera* (PURY, 2021; JOSÉ, 1965), que era consumida nas festas e celebrações. Além do consumo, o milho também marcava as celebrações, cosmogonias e espiritualidade Puri, a exemplo da Celebração da Floração do Milho

(...) uma festa anual que acontecia na lua cheia, próxima ao início do inverno. A festa contava com uma dança, a "Dança das Fitas Coloridas", sendo das seis cores do milho. Nessa festa era celebrada a gratidão (Ténu-arri) pelo sucesso e beleza do milharal e também um

pedido de proteção a Tupã, “Senhor do Tempo e da Fatura”, contra as incertezas do tempo que poderiam prejudicar a plantação. Devido às lavouras de milho terem várias idades, havia lavouras onde as bonecas (espigas) estavam apontando os cabelos, outras já tinham milho verde que era consumido de diversas formas (OLIVEIRA, 2023, p.14).

O milho também servia como um elemento simbólico que marcava algumas relações de acordos sociais. Ele era utilizado como oferta aos Coroados, outro grupo indígena que habitava a região Sudeste, para cessar os conflitos que existiam entre eles, ou seja, como garantidor de um acordo de paz. Os Puri penduravam as espigas de milho em cabanas e, caso o milho fosse comido, isso significava que o acordo estava feito.

Os Puri produziam apenas o necessário em milho para seu consumo, não sendo possível cultivá-lo sempre pois ele exige um terreno mais fértil, algo que mudou com o contato colonial, que desencadeou produções maiores da grande maioria dos alimentos que os indígenas já produziam e cultivavam, porque agora o alimento não servia mais para somente alimentar a comunidade, mas sim para ser comercializado e também para alimentar animais que entravam nessa lógica de comercialização. Isso evidencia os efeitos da colonização das identidades Puri, porque, ao passo que esses indígenas passaram a ter contato com os colonizadores, as relações de produção, economia e consumo também mudaram devido aos aspectos culturais trazidos dos colonizadores.

Além dos alimentos já citados, o amendoim, castanha da sapucaia, batata, cará, inhame e mandioca selvagem também faziam parte da alimentação dos Puri. A castanha da sapucaia merece destaque porque além de importante alimento e do seu côco vazio servir como utensílio doméstico, esta árvore compõe a cosmovisão e espiritualidade Puri. Ela é comumente referida como um símbolo ligado ao pós morte dos encantados Puri estabelecendo a comunicação da comunidade com os seus mortos, e o pajé tradicionalmente é quem faz essa mediação, marcando também o ritual fúnebre de enterro do corpo, que é colocado em grandes recipientes de barro que são enterrados aos pés de alguma árvore grande, em especial a sapucaia (*lonkê*) (PURI, T. X.; PURI, T.; PURI, X., 2020, p. 22).

A sapucaia é o próprio símbolo da abundância: o pós-morte, para os Puris, se passa em um bosque de sapucaia com caça abundante, onde se encontram todos os mortos do povo. Aos pés dessa árvore

ocorreram tradicionalmente os sepultamentos Puris (PURI, T. X.; PURI, T.; PURI, X., 2020, p. 18).

Os antigos Purí também acreditavam que era para uma mata encantadora, cheia de pés de sapucaia, que as almas dos mortos partiam e lá ficavam felizes junto dos outros mortos (OLIVEIRA, 2023, p. 9).

Na espiritualidade Puri existe a crença principal em *Dokôra*, que seria o criador de todas as coisas e que representa o andamento natural da vida que é regido pela ideia de que o bem de toda a comunidade é instrínseco às suas vidas, sendo apenas o mal considerado como algo fora do natural e como uma força maléfica que pode interferir nos caminhos dos Puri (PURI, T. X.; PURI, T.; PURI, X., 2020, p. 19).

Muitas árvores (*ambô*) tinham um valor sagrado para os Puri além da sapucaia, como o cedro-rosa, também chamada acaiaca, o timburibá, coitezeiro e a gameleira. O cedro-rosa, tal como a sapucaia, é considerada uma árvore protetora e sagrada para esse povo. Segundo a tradição Puri, o cedro-rosa ou acaiaca

(...) resistiu em locais de ocupação originária do povo Puri, passando a compor o universo cultural das localidades, como na região de Diamantina, onde a população passa para as gerações seguintes o conto de que os bandeirantes só conseguiram vencer os Puris após cortarem a árvore acaiaca, quebrando a proteção do povo Puri. A árvore teria sido queimada e das cinzas da acaiaca nasceram os diamantes, pedras da cobiça e da maldição (PURI, T. X.; PURI, T.; PURI, X., 2020, p. 19).

Além da espiritualidade, muitas árvores também eram utilizadas para a construção de moradias fixas e temporárias dos Puri.

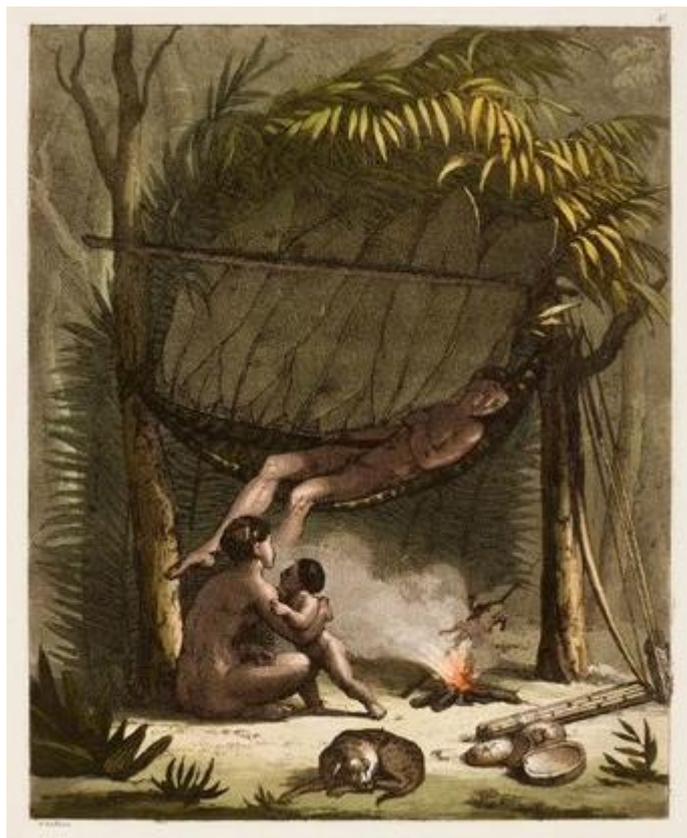


Imagem 7: Cuari ou Cabanas dos Puri. MAXIMILIAN, Prinz von Wied. 1821.
Fonte: Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

A imagem acima representa uma pequena construção de moradia dos Puri, muito provavelmente para o descanso durante seus deslocamentos. Quando paravam, construíam casas (*ngwara*) simples, feitas de folhas de palmeiras, helicônias e patioba para se abrigarem (WIED-NEUWIED, 1989). Quando se fixavam em um local por um tempo maior, construíam casas mais bem reforçadas. Em decorrência do avanço colonial após o contato, os Puri desenvolveram uma estratégia para conseguirem sobreviver e fugir dos seus algozes. Eles se organizavam em grupos que, por sua vez, se dividiam em grupos menores para irem se estabelecendo no território.

Essa subtração em grupos menores possibilitava uma melhor condição de posição e defesa de seus assentamentos e propiciaram muitos deslocamentos quando pequenos grupos de Puri se separavam dos grupos maiores que viviam nas aldeias. Essa mobilidade não se dava por eles serem nômades, como apontam alguns registros, mas sim porque eles buscavam melhores condições de se estabelecer nos territórios que ocupavam, condições estas que dependiam de um território fértil e seguro para seus grupos (SOARES, 2022, p. 20).

Os vegetais, plantas e frutos citados eram utilizados não só para a alimentação, mas também para rituais e para fins medicinais. A poaia, como já falado, além de suas propriedades eméticas e digestivas, também apresenta propriedade expectorante, segundo a tese apresentada por Camargo (1858) que discutia as suas propriedades expectorantes, purgativas, auxiliando nos casos de hemorragia, de dispneia, bem como diversas doenças que acometem o sistema respiratório capaz de promover a expulsão de fluidos concentrados nas vias respiratórias (CORRÊA, 2012, p. 10-11). Com relação ao uso de animais nos rituais, temos o registro de que

O sangue de tatu é usado para banhar crianças recém-nascidas. Usado 3 gotas do sangue de tatu na água do banho para dar proteção contra doenças e todos os males. A gordura do tatu é o tratamento para dores reumáticas; a gordura da anta e do porco do-mato são tratamentos para problemas respiratórios; a gordura do quati tratamento de dores na coluna (PURI, T. X.; PURI, T.; PURI, X., 2020, p. 15).

A partir de elementos encontrados na natureza, os Puri desenvolveram tecnologias e ferramentas para a realização de várias atividades do dia a dia, e as ferramentas de caça são um exemplo disso. Eles eram hábeis construtores de arcos (*omrín*), feitos em alguns lugares a partir do caule da palmeira brejaúba, que apresentava resistência e flexibilidade, permitindo a construção de arcos longos e resistentes. A corda dos arcos podia ser das fibras tanto de tucum como de gravatá, capazes de atirar flechas grandes que eram feitas de taquara, havendo diferentes flechas para cada tipo de caça.

Da taquara faziam também lanças com a ponta feita de ossos polidos e afiados. Há relatos também de facas feitas da madeira e da produção de pios de taquara, usados nas caçadas, que imitavam os sons das aves que, ao ouvir o pio tocando, procuravam de onde vinha o som e os indígenas conseguiam capturá-las.

Para pescar era feita uma espécie de anzol com ossos de peixe, sendo utilizada também uma lança cumprida feita de madeira com a ponta dura em madeira ou osso. Para facilitar a pesca, usavam o timbó e o timburibá, que são plantas tóxicas, para adormecer os peixes e facilitar a pesca; para isso, essas plantas eram amassadas e colocadas nas águas dos rios até os peixes ficarem atordoados e começarem a boiar na superfície (OLIVEIRA, 2023, p. 17).

Os cestos usados para coletar alimentos e transportar frutas, utensílio e também crianças, eram feitos das fibras vegetais da embaúba e de folhas de palmeiras, sendo resistentes pois percorriam muitas vezes longos caminhos na coleta de alimentos. Esses cestos eram presos à testa ou à cabeça por uma alça.

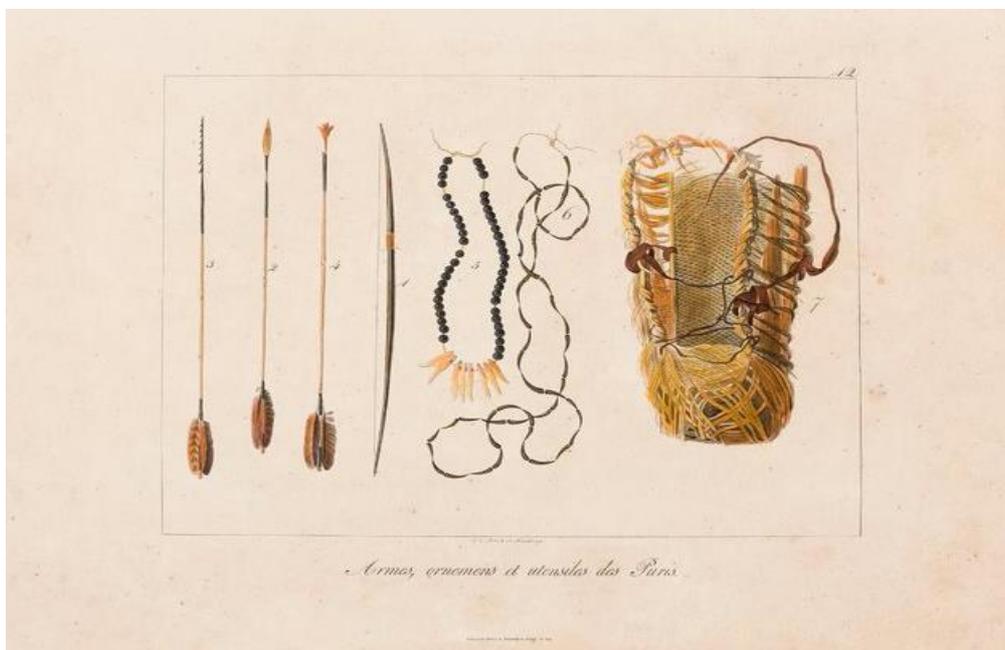


Imagem 8: “Armes, ornemens et utensiles Puri” - Maximilian Von Wied – 1822

Fonte: Brasiliana Iconográfica¹³

Essa imagem é uma gravura dentre as muitas que o príncipe alemão Maximiliano Von Wied Neuwied produziu a partir de sua “Viagem ao Brasil”¹⁴, onde esteve com os Puri e também com os Botocudos entre os anos de 1815 e 1817 nas regiões entre o Rio Doce e o Rio Paraíba do Sul, destacando em suas obras representações das vestimentas, ferramentas e utensílios desses indígenas em seus modos de vida e usos da natureza não humana. Com os Puri, ele esteve mais especificamente em São Fidélis e nas proximidades dali, onde se estabeleceu por alguns dias antes de seguir viagem.

A relação de alimentação, cosmovisões, construção de ferramentas e utensílios, conhecimentos e saberes ancestrais que marcam os modos de vida orgânicos, plurais e sustentáveis dos Puri com o ambiente em sua volta foi o que a colonialidade se

¹³ Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/23675/a-resistencia-do-povo-puri-na-regiao-sudeste>. Acesso em 13 de agosto de 2023.

¹⁴ WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. Viagem ao Brasil. Trad. Edgar Sússekind de Mendonça e Flavio Poppe de Figueiredo. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1ª ed. 1940.

empenhou em destruir sistematicamente mediante a usurpação dos seus territórios e com a destruição ambiental, trazendo o consequente esgotamento de parte da natureza que fazia parte da vida desses indígenas. Não só o esgotamento, como também a mudança na forma de se relacionar com a natureza, foram alguns dos diversos impactos que o choque do contato trouxe para os territórios Puri. Ao longo do tempo, esses indígenas precisaram se adaptar à realidade existente, ao mesmo tempo em que tentavam conservar os aspectos tradicionais de seu povo. Essas diferentes relações que vieram de fora e se solidificaram sobre os territórios Puri, junto às violências e disputas de poder estabelecidas, ocasionaram mudanças significativas nos seus modos de vida. Essas mudanças foram usadas por muito tempo como justificativas para desagregá-los de suas terras e de suas identidades até que não se falasse mais em indígenas nesta extensa região.

A história olha para os indígenas como se eles fossem repetitivos, imutáveis, estáticos, e não apresentassem mudanças ao longo do tempo, dizendo que, à medida em que eles saem de seus territórios originários e se dispersam de seus grupos originários, eles perdem também a sua cultura e, portanto, suas identidades enquanto indígenas. Contudo, como é amplamente sabido, a cultura não se perde, ela vai e volta (*ida y vuelta*), ressurgindo, se adaptando e coexistindo (CUNHA, 2009, p. 312-317) em outros espaços e nos quadros de outras relações sociais.

Considerações finais

O convívio e relação dos povos indígenas com a floresta influenciou – e pode-se afirmar que também direcionou – a história natural brasileira. Estudos contemporâneos sobre as florestas antropogênicas no ambiente amazônico¹⁵ nos permitem indagar

¹⁵ A respeito desses estudos, consultar: CASTRO, Eduardo Viveiros; CUNHA, M. C. (Orgs.) *Amazônia, Etnologia e História Indígena*. São Paulo. NHI/USP: FAPESP. 1993.; LANGFUR, H. *Native informants and the limits of Portuguese dominion in late-colonial Brazil* - Oxford University Press, 4 dez. 2019. (Nota técnica).; LEMOS, Marcelo Sant'Ana. *O índio virou pó de café? Resistência indígena frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788 - 1836)*. Jundiaí, Paco Editorial. 2016.; MALHEIROS, Márcia. *Homens de Fronteiras: Índios e Capuchinhos na Ocupação dos Sertões do Leste do Paraíba ou Goytacazes*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFF, 2008.; Missagia de Mattos, Izabel. *Colonization, mediation, and mestizaje in the borderlands of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*. In: RADDING, Cynthia; LEVIN, Danna. (Org.). *Borderlands of the Iberian World: environments, histories, cultures*. 1ed. New York: Oxford University Press, 2019, v. 1, p. 95-118; POMPA, Cristina. *O Sertão: a ocupação do espaço*. In: *Religião como tradução*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 199-220.

como o fator humano contribuiu para a fabricação das paisagens da mata atlântica no passado, a exemplo das matas do leste etnográfico que estiveram sob o manejo e proteção de vários povos indígenas, entre eles os Puri, nos fazendo pensar também em como elas se transformaram frente o embate introduzido a partir da ideia de utilidade dos elementos naturais, trazida pelo homem branco.

O que os estudos nos mostram é a degradação advinda do modo exploratório e do mau uso das florestas, pautado aqui como tendo início na chegada dos colonizadores europeus nos territórios indígenas, resultou na escassez de muitas formas de vida, incluindo a dos Puri. Além do esgotamento dos solos, o modelo europeu escravista e de monocultura trouxe uma economia predatória não somente à natureza, mas também às formas de vida indígena.

Esse caráter predatório e lucrativo por parte dos colonizadores mostrou como suas práticas, em desarmonia com a natureza, arruinaram muitos biomas e ecossistemas, além da própria identidade e vida de muitos povos indígenas. Quando se tomavam medidas para conter a derrubada da floresta, era no sentido estrito de preservar o que eles enxergavam como um recurso a favor de seus interesses para que não cessasse o lucro que com eles se obtinha. Isso evidencia a importância dos mundos indígenas, bem como as negociações e acordos que estabeleceram com os mercadores, como um fator imprescindível na construção do espaço social brasileiro (CORRÊA, p. 22, 2012), visto que as relações que se estabeleciam não eram somente de dominação sobre os Puri, porque eles puderam definir em grande parte os limites do poder estatal quando negociavam as suas condições de sobrevivência e permanência nos empreendimentos coloniais, garantindo sua própria sobrevivência e independência.

Por conhecerem as densas matas e como adentrá-las, diferente dos europeus que não tinham conhecimento do território e de seus segredos, os Puri frequentemente realizavam trocas de produtos de interesse dos mercadores por itens como roupas, panos, ferramentas e aguardente, estabelecendo relativo domínio dos lugares que ainda não tinham sido explorados pelos colonizadores e apesar

(...) das perdas culturais e étnicas, os índios aldeados puderam aprender ali [nos aldeamentos] novas práticas culturais e políticas que lhes permitiam colaborar e negociar com a sociedade colonial em

busca das possíveis vantagens que sua condição lhes permitia. O projeto colonial estava em construção e os limites e possibilidades de sua realização dependiam das populações indígenas que, no contato com os europeus, aprenderam a manejar e manipular novos instrumentos em busca de seus interesses (ALMEIDA, 2033, p.34).

Os aldeamentos e os empreendimentos coloniais foram espaços de cristãos e portugueses, mas também de indígenas, que foram cruciais nos processos de estruturação e desenvolvimento dos mesmos, onde criaram suas próprias realidades e estratégias antes, durante e depois do contato e em todas as situações engajaram-se em dar continuidade à produção de seus modos de vida.

Atualmente a maioria dos Puri vive em contexto urbano como efeito da exploração de seus territórios originários que estiveram na frente das diferentes formas de violência e expropriação citadas no decorrer deste trabalho. Muitos desses indígenas passaram a migrar para os núcleos urbanos e para a capital dos estados que fizeram parte de suas histórias, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo de modo forçado ou até mesmo como uma tentativa de sobreviver e/ou se adequar aos novos modelos de sociabilidades que lhes foram impostos, nos quais eram desumanizados por serem indígenas. Ao passo que a urbanização ia se consolidando em seus territórios de origem, era preciso esconder e silenciar suas identidades indígenas como um meio de se adaptarem e de se inserirem na nova lógica dominante.

Contudo, esses processos também produziram efeitos reestruturadores que culminaram em fenômenos de construção de novas identidades, de adaptações e reformulações que não foram estáticos (BOCCARA, 2000, p. 16), evidenciando que o projeto da colonialidade foi limitado frente às pluralidades culturais desses indígenas, como é possível perceber nos atuais movimentos de autonomia, resistência e organização social dos Puri.

É possível destacar, segundo as fontes levantadas até o momento, a presença Puri no estado do Rio de Janeiro em 43 municípios, mostrando que eles estão presentes em todas as regiões do estado, apresentando dinâmicas diferentes de socialização, economia e desenvolvimento ao longo dos anos. Segundo o penúltimo censo do IBGE, do ano de 2010, 675 pessoas declararam o pertencimento Puri no Brasil; contudo, sabe-se que esses números já são mais antigos e ultrapassados e, portanto, no censo referente ao ano de 2022 esse número com certeza é maior.

No censo de 2010 o crescimento do número de pessoas indígenas autodeclaradas já era um fenômeno percebido e esse foi justamente o caso dos Puri. Hoje, dentre os movimentos de retomadas e reconstrução de suas histórias e identidades, estão a Escola Família Agrícola Puris de Araponga - EFA Puris, que foi fundada em 2008, a Associação de Remanescentes Índios Puris de Padre de Brito, que fica em Barbacena, Minas Gerais, o Movimento Ressurgência Puri que foi criado em 2013 na Aldeia Pluriétnica Maraká'nà, a aldeia Uchô Pury em São Fidélis, Rio de Janeiro, que é uma aldeia e centro cultural de referência da etnia Puri, o Centro de Memória do Povo Puri, que foi inaugurado em 2020 e funciona como um centro de memória online para preservar a cultura. O mais recente é o Museu da Cultura Puri, inaugurado em 31 de janeiro de 2023, localizado no bairro do Estácio, na capital fluminense e coordenado por Dauá Puri. Estes processos mostram a capacidade de adaptação e reestruturação dos Puri ao longo dos anos evidenciando suas autonomias e variadas estratégias que acabaram por produzir no presente dinâmicas de organização sociocultural nas cidades, existências sustentáveis e coletivas, difusão dos conhecimentos ancestrais para as comunidades dos municípios onde os Puri residem hoje e reestruturação de suas identidades, contribuindo para a retomada de suas histórias e direitos originários, subvertendo a lógica predatória da colonialidade. Eles conseguiram se reconstruir no presente e resistem de pé em prol de defender e preservar o ecossistema nas suas tradições e repercussões culturais, mesmo nas cidades de concreto, materializando suas relações milenares com a biodiversidade em suas comunidades, em suas famílias e nas suas produções acadêmicas e literárias.

Referências

ABREU, Capistrano. Capítulos de História Colonial: 1500 – 1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. Aldeias indígenas no Rio de Janeiro colonial: espaços de ressocialização e de reconstrução identitária e cultural. Periódicos Revista Fronteiras e Debates. Macapá, jan/jun. 2015, v. 2, n. 1.

ARAGÃO, Solange de; JUNIOR, Euler Sandeville. Paisagem e Ambiente: ensaios - n. 31 - São Paulo - p. 161 - 174 – 2012.

BARBOSA, Willer Araujo. Cultura Puri e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais: Duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente. Tese. Doutorado em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005.

BLUTEAU, Raphael. Ipecacuanha. In: _____ I. Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. p. 526. Disponível em: < <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp> > acesso em 26/06/2009.)

BOCCARA, Guillaume. 2000. "Antropología diacrónica: dinámicas culturales, procesos históricos y poder político". In: G. Boccara e S. Galindo (orgs.), *Lógica mestiza en América*. Temuco, Chile: Universidad de la Frontera, Instituto de Estudios Indígenas. pp. 11-59.

BRANDÃO, Maria das Graças Lins. Plantas úteis de Minas Gerais na obra dos naturalistas. Belo Horizonte: Código Comunicação, 2010. p. 62.

BURMEISTER, Hermann. Viagem ao Brasil Através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 170.

CARAUTA, J. P. P.; SZÉCHY, M. T. M.; RIZZINI, C. M.; ALMEIDA, E. C. de; SANTOS, A. A. dos; ROSA, M. M. T. da; LIMA, H. C. de; BRITO, A. L. V. T. de. Vegetação de Bom Jesus do Itabapoana, RJ. Observações preliminares e propostas conservacionistas. Albertoa, Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, v. 1, n 15, 4 jan. 1989.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). 2008. 295 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MPBB7CUF2D/1/disserta__o_de_mestrado_patri_cio_2008.pdf. Acesso em: 20 out. de 2023.

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CORRÊA, Márcio Xavier. Memória sobre a economia extrativa da poaia. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1727>. Acesso em: 10 out. de 2023.

COUTO REIS, Manoel Martins do. Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos Goitacás que por Ordem do Ilmo e Exmo Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, etc se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do mesmo Terreno, que debaixo de dita Ordem se Levantou. Rio de Janeiro: manuscrito original, 1785. p. 2.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org): História dos Índios no Brasil. Cia das Letras. São Paulo. 1992.

_____.(Org.). Política indigenista no século XIX. In: _____. História dos índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 133.

_____. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von - Journal von Brasilien, · 1818; Plulo Brasiliensis, trad. de Domício de Figueiredo Murtà Coleção Brasileira da Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 2 volumes.

FERNANDES, N.; COELHO, O. (Orgs.). História e Geografia do Vale do Paraíba. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras/Crea-RJ/Prefeitura de Vassouras, 2013.

FREIREYSS, G.W. Viagem a várias tribus selvagens na capitania de Minas Geraes; permanencia entre ellas, descripção de seus usos e costumes. 1814-1815. Fragmento de relatório de viagem traduzido por Alberto Löfgren. (p.236-252).

IBGE. Censo de 2010 - Indígenas. Disponível em: www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf Acesso em: 14 de abril de 2018.

JOSÉ, O. Índigenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Edições Movimento - perspectiva, 1965.

LAMEGO FILHO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Serra. IBGE – Conselho Nacional de Geografia, 2ª edição, 1963.

LOPES, C. Cosmvisão indígena: o Significado da Terra na Visão Geral de Mundo do Povo Puri. Edição da autora, 2019. Centro de Memória do Povo Puri. Disponível em: Acesso em: 4 nov. de 2023.

MALHEIROS, Márcia. Homens de Fronteiras: Índios e Capuchinhos na Ocupação dos Sertões do Leste do Paraíba ou Goytacazes. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFF, 2008.

MANDARIM, Elena. No interior, vestígios de outro passado. Rio Pesquisa, nº 23, Ano VI. FAPERJ, junho de 2013.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Introdução. In: _____. Natureza em Boiões: Medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp / Centro de Memória – Unicamp, 1999.

MONTEIRO, Eugenia del Carmen Quilodrán Briones. Experiências instituintes no sistema público de ensino: o caso de Natividade. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

NETTO, Aristides Arthur Soffiati. Breve estudo de eco-história sobre a utilização humana das florestas estacionais do norte-noroeste entre os períodos colonial e republicano. VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 2, p. 7-30, maio/ago. 2011.

OLIVEIRA, Daniel. Vozes da mata: O Meio Ambiente Segundo a Cultura Indígena Puri. Centro de Memória do Povo Puri, 2023. Disponível em: <https://povopuri.wixsite.com/memoriapuri/centro-de-memoria-do-povo-puri> Acessado em: 31 de setembro de 2023.

PICCININI, Rogério Serrão. A História da Fundação de Santo Antônio de Pádua. P&P Editores. Rio de Janeiro, 1999.

PURI, Daniel Tutushamum; PURI, Mary Txama Xambé. Txemim Puri: Povo Puri. Rio de Janeiro, 2019.

PURY, F. M. S. Falares e fazeres do povo Pury na tradição da comunidade rural da região de Guiricema/MG (1957). São Paulo: Editora Literando, 2021. 1ª edição. 126p. ISBN: 978-65- 89960-70-6.

RAMOS, Melissa Ferreira. Reexistência e Ressurgência Indígena: Diáspora e transformações do Povo Puri. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, fevereiro de 2017.

RIBEIRO, Márcia Moisés. A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

RUGENDAS, Johann Moritz. Viagem pitoresca através do Brasil. São Paulo: Edusp, 1972. _____. Viagem pitoresca através do Brasil. Tradução de Sérgio Milliet. 8. ed. São Paulo: Edusp, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. p. 184, 185 e 200.

_____. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. p. 43.

SILVA, Dauá José da. Cultura Indígena do Sudeste, Memória e sua Guarda: Os Puri e sua Identidade. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. 2017.

SOARES, Juliana Frontelmo. A reconstituição da história do Povo Puri no Noroeste Fluminense e os usos da memória ancestral - Breve análise sobre Santo Antônio de Pádua e Miracema (séculos XVIII - XXI). Dissertação (Mestrado Acadêmico), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Seropédica, 2022. 106 p.

SOUZA, Antonio Muniz de. Viagens e Observações de um Brasileiro que Desejando ser Útil à sua Pátria, se Dedicou a Estudar os Usos e Costumes de seus Patrícios, e os três Reinos da

Natureza em Vários Lugares e Sertões do Brasil. Rio de Janeiro: Rua de Traz do Hospício, 1834. p. 133.

SOUZA, Maria Aparecida de; CUNHA JÚNIOR, Henrique. Poaia, ciclo extrativista da economia do Vale do rio Carangola. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade, Curitiba, v. 11, n. 23, p. 45-57, 2022.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Spix e Martius. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Edusp, 1981.

TORREZÃO, Alberto de Noronha. 1889. Vocabulário Puri. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LII, Parte 1a., p. 511-514. Rio de Janeiro.

TUPINI, Mônica Teixeira; VARGAS, Evandro Francisco Marques. Da planta para a língua: Uma análise das representações sociais sobre a puaia em Bom Jesus do Itabapoana. Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, 2015. Sociolinguística, Dialetologia e Geolinguística.

WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. Viagem ao Brasil. Trad. Edgar Süssekind de Mendonça e Flavio Poppe de Figueiredo. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1ª ed. 1940.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, n. 8, 1991.